

GÊNERO COMO CRÍTICA GENDER AS CRITICISM

Marcio Nicolau¹

RESUMO: Este artigo levanta discussões sobre dinâmicas de poder, o gênero e a construção histórica das subjetividades. Explorando a noção de que as posições de sujeito são sobreposições, questiono aqui a aproximação entre gênero e essência. Balizado pelo “foucaultianismo butleriano”, onde a análise do poder e da subjetivação encontra o devir do gênero e da sexualidade, privilegio a concepção de gênero como ato performativo e contingente. Evoco o sentido de história genealógica foucaultiana, a partir da qual a prática discursiva instaura realidades. Sublinhando o poder que a linguagem tem de realizar continuamente os gêneros, proponho o gênero como uma ferramenta para desafiar normas históricas, discursivamente construídas. O objetivo é abrir caminho para problematizações refinadas sobre gênero, atuação e resistência, que evitem a ontologização de identidades.

Palavras-chave: gênero; performatividade; crítica.

ABSTRACT: This article raises discussions about power dynamics, gender and the historical construction of subjectivities. Exploring the notion that subject positions are overlaps, I question here the approximation between gender and essence. Guided by “Butlerian Foucauldianism”, where the analysis of power and subjectivation meets the becoming of gender and sexuality, I privilege the conception of gender as a performative and contingent act. I evoke the sense of Foucauldian genealogical history, from which discursive practice establishes realities. Underlining the power of language to continually perform genres, I propose genre as a tool to challenge historical, discursively constructed norms. The objective is to open the way for refined problematizations about gender, agency and resistance, which avoid the ontologization of identities.

Keywords: gender; performativity; criticism.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este texto ensaia uma reflexão provocativa sobre gênero e crítica, inquirindo a noção de diversidade de gênero, conforme articulada na agenda da inclusão. Mais indulgente do que realmente crítica, a assimilação do gênero como alteridade a ser acolhida, conforme aponto, estimula a apatia política. Ao não ultrapassar os limites do permitido, o gênero como inclusão acaba funcionando como uma “fissura de alívio”, ou seja, uma maneira de oferecer “reconhecimento” às diferenças sem questionar ou alterar as desigualdades. O discurso inclusivo, a acolhida do “diferente”, sob a aparência de interrogação teórico-política, “se articula sobre o sujeito por meio de uma trama discursiva que o posiciona ora como um

¹ Doutor em História. Pesquisador do LabQueer/PPHR/UFRRJ. E-mail: marcioalmeidanicolau@id.uff.br

anormal a ser contido, ora como um anormal a ser conduzido e ora como um anormal a ser tutelado” (Veiga-Neto; Lopes, 2012, p. 61). De partida, lembro que a anormalidade não é uma característica simplesmente desviada ou marginal, mas algo que é ativamente produzido e regulado (Foucault, 2001). Sujeitando subjetividades a certas formas de ver ou narrar a si mesmas, a realidade configurada por políticas inclusivas gera novas formas de controle e vulnerabilidade, argumento. A afirmação da diferença essencializada e não relacional, o elogio do gênero humano essencial, ignorando a natureza histórica das subjetivações (a forma processual e aberta de sujeito, fluida e interconectada), habilita uma vez mais o antropo-androcentrismo. Treinada em dados que não são neutros, a forma-sujeito (captada pelos saberes e poderes) interage a partir de um conjunto específico de regras, de instruções e de modelos pré-definidos (práticas constitutivas dos gêneros), numa ação recíproca de troca que não atinge a capacidade de pensar criticamente. Ao colocar o gênero no terreno performativo e contingente (Butler, 2015), a crítica aqui contida não se limita a denunciar o sistema vigente. Procura entender como essa matriz de inteligibilidade se forma e se mantém. Isso abre espaço para deslocar o que consideramos “verdade”, para interrogar pretensas evidências (identidades estipuladas pela dupla poder-saber) e desafiar o que constitui a sua aceitabilidade.

Ao sublinhar aqui o conceito de “gênero performativo”, estou explorando o gênero não como uma essência fixa, mas como um processo em que as identidades são constituídas por meio de atos repetidos, regulados por normas históricas. Judith Butler propõe que o gênero é algo que fazemos continuamente, não algo que somos essencialmente. A performatividade, nesse sentido, não deve ser entendida com uma simples ação voluntária, mas como uma co-ação que envolve interações complexas com o poder (Butler, 2020). Podemos dizer que as práticas discursivas, a linguagem e as instituições que nos “educam” (disciplinando e normatizando as diferentes maneiras pelas quais e a partir das quais podemos nos constituir como sujeitos) são modos de assujeitamento, ou seja, permitem “tanto o processo de se tornar subordinado pelo poder quanto o processo de se tornar um sujeito” (Butler, 2019a, p. 10), mantida aqui uma reserva de resistência ou fuga, cumpre observar. O conceito de gênero performativo amplia a crítica foucaultiana, funcionando como uma ferramenta teórica para desconstruir categorias que são muitas vezes percebidas

como coerentes e naturais. Ao trazer ainda o conceito de cisgênero para a discussão, considero que a cisgeneridade (enquanto um conceito que revela a artificialidade de todas as categorias de gênero) emerge como categoria útil para questionar os gêneros e sexualidades abordados como natureza, como origem e como destino. Limitando-se a nomear pessoas não trans, heterocisgêneras, a palavra cisgênero, como aponto, ontologiza a posição do sujeito cis como natural e universal. Mas o termo cisgênero expõe o caráter inautêntico dos gêneros, desarranja o par cisheterossexual homem/mulher, ou seja, desafia as noções de poder e conhecimento (Bonassi, 2017). A desnaturalização do gênero pode encaminhar à reconsolidação da norma cishétero. Ao mesmo tempo, pode funcionar como uma contraprática discursiva. Ao seguir a crítica de Butler e a abordagem foucaultiana das relações de poder e saber, proponho uma análise crítica que enfrente “as dramáticas discursivas que, tendo o sujeito como articulador da experiência, agenciam a educação e a própria pedagogia como campos produtivos para a análise social” (Veiga-Neto; Lopes, 2012, p. 66). Como instituições têm funcionado para reforçar as normas heteropatriarcais, racistas e cisnormativas que operam as hierarquias racial e de gênero no Brasil?

Penso as subjetividades como tensionamentos, não sínteses identitárias, mas formas de vida e de relações que, complexificando a performatividade cisheterossexual, podem desconstruir distinções estabelecidas entre sujeito e objeto. Sugiro não apenas inverter discursos sujeitantes, mas expor o ato dissimulado de instauração do sujeito como identidade, a fixidez a-histórica essencialista do sujeito indivisível, “ficção que se caracteriza não por sua falsidade, mas por sua utilidade” (Silva, 2002, p. 40). Partindo da dimensão microfísica de poder, subscrevo a suspeita foucaultiana em relação à política de representação fundada na performance de identidades. Focalizando, com Butler, o poder performativo da linguagem, o gênero é tomado aqui como um ato continuado que inicia e sustém nossa agência. Não limitada à soberania do “Eu”, essa perspectiva estimula a imaginação sobre outras formas de produzir subjetividade e associação, abrindo uma “ontologia crítica de nós mesmos”. Não cessa de interrogar o discurso que cria subontologias (menos humanas, mais precárias), os racismos instituídos e ativos que delimitam, na contemporaneidade, o estatuto de “pessoa”.

Ancorada em uma leitura que combina as teorizações foucaultianas sobre poder e subjetivação e a problematização de Butler sobre gênero e performatividade, a reflexão a seguir mira a aproximação entre gênero e essência, questionando a presunção de que o gênero é algo fixo, estável e inerente ao indivíduo. Explora a concepção de gênero como performativo e contingente, rejeitando a fixidez do gênero, de modo a reconhecer sua construção histórica e social. Destaco, neste artigo, o poder da linguagem como um elemento que continuamente realiza os gêneros. Para Foucault, a linguagem e o discurso não são representações do mundo, mas práticas que produzem realidades. Butler amplia essa crítica, afirmando que o gênero é constantemente performado através de práticas discursivas. Assim, uma genealogia do gênero implicaria em investigar como as categorias de gênero são histórica e discursivamente produzidas e mantidas, ao invés de tratá-las como naturais ou imutáveis. Ao propor o gênero como uma ferramenta para desafiar normas históricas, penso que as categorias de gênero não são apenas regulatórias, mas também podem ser usadas para subverter categorizações amarradas à matriz binária e essencialista de gênero. Nessa direção, busco uma abordagem que evite a ontologização de identidades, que se recuse a tratar o gênero como essencial. O foco na linguagem, no discurso e na performatividade objetiva uma análise das formas como o gênero é construído, desafiado e transformado, ao mesmo tempo criando novas possibilidades de ação.

1. O MACHO-ADULTO-BRANCO SEMPRE NO COMANDO?

Foucault, ao falar de “atitude crítica”, sugere que a verdadeira crítica envolve mais que o autoquestionamento sobre como as verdades são construídas. A “indocilidade refletida”, uma postura ativa em relação às normas e discursos estabelecidos, põe em foco a lógica subjacente que as sustenta. Essa atitude será “o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade” (Foucault, 2004, p. 148). Para Foucault, seguindo Butler, “a crítica começa a partir do momento em que pomos em questão a necessidade de uma obediência absoluta e submetemos todas as obrigações governamentais que nos são impostas a um exame racional e reflexivo” (Butler, 2013, p. 167), ou seja, não é apenas uma atitude intelectual, mas uma

prática ética e política que envolve a capacidade de resistir aos assujeitamentos, especialmente aqueles que se apresentam como “naturais” ou inevitáveis. Mais do que questionar o “normal” ou simplesmente acusar o modo como o poder abusa do saber, a crítica sugere analisar, não apenas como uma reflexão teórica, o emaranhado discursivo que envolve o pensamento replicante e o transformador. Esta forma indisciplinada de existir e pensar implica em um exercício constante de transformação de si e numa reflexão sobre os diferentes modos de governo que operam, difusa e cotidianamente, em instituições como prisões, escolas, fábricas, hospitais e quartéis.

Para o intento deste artigo, é necessário primeiro afastar as concepções tradicionais sobre o poder e suas manifestações. Ao evitar a ideia de poder unidirecional, resalto sua complexidade, o modo como o poder atua não apenas na repressão, mas na formação dos sujeitos. Assim, critico as práticas políticas ora destinadas a promover a inclusão de “todas as identidades de gênero”. Reconhecendo identidades não cis como “outras”, essas práticas atuam para acomodar a “diversidade” e não complicar a ordem de gênero e sexualidade vigente. Como existência concedida, a “diferença”, autorizada a existir como *outsider*, delimita o que é lícito “ser”, apontando o gênero não cis como alguém “outro”, “menor”, em termos cognitivos, morais e comportamentais. A forma essencial de gênero, o gênero hétero (Swain, 2009), enxergado como ponto de vista neutro, distribui, organiza, prescreve, a cada um o seu lugar, indicando quem pertence e quem é considerado “fora da norma”. Ao reproduzir a indiferenciação entre o que é percebido como cis, hétero e branco e o que é reconhecido como humano, atua para os objetivos reguladores do sistema contingente, mutável, que chamamos cisheteronormatividade.

A tolerância ao dessemelhante, inclusão excludente (Veiga-Neto; Lopes, 2007), mantém relações de sentido com as formas transmisóginas e cissexistas de reprodução da heterocolonialidade patriarcal, com a “transfobia cordial” – estratégias biopolíticas e disciplinares que, encobrendo o *status* performativo do “natural” (Butler, 2015) enunciam “classes de vítimas”, de tutelados. Ao problematizar aqui as relações constitutivas entre poder e saber (as relações de poder e força por meio das quais damos sentidos à nossa existência singular), penso contribuir para a inteligibilidade da nossa história. Proponho complexificarmos discursos que relegam à condição de vulnerável quem sofre

“discriminação”, interrogando a fabricação discursiva da heterossexualidade como estável e oposicional e da cisgeneridade compulsória como natureza. Proponho assim analisar o problema do gênero, levando em conta tanto a subjetivação quanto o assujeitamento, sem a oposição desnecessária entre liberdade e determinação, ou seja, sem presumir um “lado de fora” das histórias de sujeição que chamamos “norma”. O gênero são relações cuja efetividade depende de rearranjos constantes. Em nossa história, lembro, as instituições são, antes de tudo, masculinas e religiosas, constituindo a ordem heterocolonial instaurada a partir da invasão europeia. Por violência e por política, na primeira hora, essa ordem investe na formação dos jovens brancos, tomando os povos originários como estrangeiros neste lugar. Pratica uma educação de corte racista, misógino e homofóbico, que tem por modelo superiorizado de humano o macho-adulto-branco, nos termos do texto-denúncia musical que estou citando no título desta seção, a canção “Estrangeiro”, de Caetano Veloso (1989), que diz: “É chegada a hora da reeducação de alguém/ Do Pai do Filho do espírito Santo amém”. O termo “reeducação” sugere que a forma catequizante das nossas instituições, que as relações familiares patriarcais, continuam a reproduzir o homem cisgênero como figura de poder e autoridade mesmo depois que a educação passou das mãos dos padres jesuítas para o Estado. “O certo é saber que o certo é certo/ [...] O macho adulto branco sempre no comando/ E o resto ao resto, o sexo é o corte, o sexo/ Reconhecer o valor necessário do ato hipócrita/ Riscar os índios, nada esperar dos pretos”, segue dizendo a letra. Descontinuado o ensino jesuítico, a feminização do magistério fará parte de um projeto de hegemonização da branquitude, no momento de acirramento das relações raciais no Brasil. O predomínio de mulheres como docentes, ou seja, o magistério público como possibilidade de trabalho para mulheres brancas, no período republicano, construirá a noção de docência como vocação feminina, participando da institucionalização do racismo à brasileira – forma dissimulada de discriminação que se experimenta aqui, a qual produzirá imagens inferiorizantes sobre as pessoas negras, apagando sua presença nos primórdios das nossas escolas (Muller, 2014). Assim, a mobilidade social no país será regulada por um dispositivo de racialidade epistemicida (Carneiro, 2005) que oferece a pessoas brancas, homens, presumidamente heterossexuais, *status* de superioridade e privilégios, por meio de uma reeducação constante dos sujeitos.

Abolida a escravidão, profissionais da lei, médicos, polícia e Estado delineiam um projeto político reprodutivo branco, cis e heterocentrado, higienista, que pretendia “limpar” os vestígios do atraso nacional, apoiando-se em mitologias de engrandecimento e “democracia racial”, viril e branca (Miskolci, 2013). Mais tarde, as estratégias de controle da política nacional pós-64, agenciadas pelos governos hétero-militares (Quinalha, 2018) reproduzirão, em termos formativos (para além de espaços educacionais tradicionais, como escolas e universidades) a noção de “desvirilização” como ameaça à família-cristã nacional, ou seja, ao poder “pátrio” normalizador. Este “cistema”² reproduz o identitarismo cristão, masculinista, filiado à matriz heteropatriarcal “Deus, Pátria, Família”, que hoje atinge a laicidade da educação pública em movimentos contemporâneos como o “ideologia de gênero” e a iniciativa de militarização das escolas, extensões do heteropatriarcado cisgênero. Na arquitetura curricular, na linguagem, nas disciplinas, nas táticas de organização e de classificação, adultocentradas, o discurso educacional fabrica o corpo generificado útil (Louro, 2015). Tomando a criança como “artefato político que garante a normalização do adulto” (Preciado, 2013, p. 98), reduz complexidades ao “verdadeiro” e “falso”, ou “0” e “1”, binários. Assim, somos ensinados que cisgênero e heterossexual são sinônimos e que homens são necessariamente “masculinos” e mulheres, naturalmente, “femininas”. “O certo é saber que o certo é certo”, conforme a letra, “o macho adulto branco sempre no comando”. Será que nunca faremos se não confirmar isto? Será o termo “pedagogia de gênero” um pleonasma? A inclusão do “diferente”, como se estivesse fora, legitima exclusões, reforçando a noção de que existem gêneros normativos e gêneros desviantes. A multiplicação, a proliferação, os fluxos, são tomados como estrangeiros, exigindo-se a unidade e sistematização.

² A corruptela “cistema”, como uma crítica, surge da mistura de “cis” (de cisgênero) com “sistema”, para apontar o alinhamento entre cisgeneridade e o sistema normativo e dominante de gênero, que privilegia e naturaliza a conformidade entre identidade de gênero e sexo atribuído ao nascimento.

2. O SEXO É O CORTE

Uma das invenções da modernidade é a criação de “excluídos”. Na sociedade brasileira, a empresa pedagógica tem o intuito de efetivar o sistema heterocolonial, patriarcal, na forma de um processo civilizatório que torna as desigualdades toleráveis, naturais. O que estou designando como pedagogia, em consonância com Foucault, deve ser entendido aqui como um “dispositivo de intervenção e controle da vida social e individual dos sujeitos e como dispositivo de reprodução do poder” (Díaz, 1998, p. 23). Ao mesmo tempo, estou admitindo a história como um saber que “não é feito para compreender, ele é feito para cortar” (Foucault, 2021, p. 73), que pode fazer aparecer descontinuidades, produzir rupturas, em lugar de “preencher lacunas”, “incluir e arquivar”. A prática historiográfica mostra-se performativa ao desocultar a sujeição como uma ação contínua, no tempo-espaço, que pode ser voltada contra si mesma. Estou considerando que a “atribuição de gênero” dá-se no tempo, não se encerra na designação, no nascimento, na infância. O discurso da “sexualidade”, restringindo a corporalização à performatividade heterossexual, é responsável por inventar o corpo escolarizado, “treinado no silêncio e em determinado modo de fala” (Louro, 2015, p. 21). O modelo de pedagogia desenvolvida através de referenciais das décadas de trinta e quarenta do século passado (o mesmo que instaura a função do magistério primário como lugar de mulher) coloca no centro do processo de ensino-aprendizagem as crianças tidas como desviantes ou inadaptadas, a partir de teorizações focadas na correção daquelas e daqueles considerados anormais. As práticas que separam “meninos” e “meninas”, os códigos de vestimenta, as expectativas de comportamento produzem a internalização das normas. Os sujeitos aprendem a se autorregular, conformando-se a expectativas de gênero e sexualidade. No entanto, essas formas de sujeição, embora poderosas, não são onipotentes. Há sempre brechas, espaços para resistência e subversão. Daí a utilidade e necessidade de dispositivos pedagógicos que exijam, no que chamamos infância, a aquiescência geral em torno de sua suposta natureza legítima. Co-participado, o gênero surge nas interações contínuas que projetam como viver a designada heterossexualidade:

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade de tempo (atrasos, ausência, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). (Foucault, 2001, p. 149).

O construto designado “sexo” é contemporâneo do modelo eurocêntrico, tradicionalista e patriarcal de história, que institui a “mulher” (genérica) como outro sujeito universal e condiciona o que e quem será legível, inteligível. Realidade constantemente construída, resistida e transformada, a heteronorma é resistente por sua maleabilidade. O conceito de sexo é frequentemente visto como a verdade do sujeito, um ponto de referência que determina a subjetividade, mas essa versão simplista do sexo como um dado material, se contém alguma verdade é a seguinte: o gênero é irrealizável, ou seja, não se materializa (Bonassi, 2017). O que estou dizendo é que as normas são poderosas, mas os sujeitos não são seu mero efeito, as corporeidades não são conformadas, não se ajustam à versão positivista de corpo que prescreve “um só sexo para cada um. A cada um sua identidade sexual primeira, profunda, determinada e determinante” (Foucault, 1982, p. 02). Uma compreensão crítica das categorias de sexo e gênero, enfatizando sua construção histórica, sugere abandonar “a confortável noção de que o homem é homem e a mulher é mulher [...] Essa ‘coisa’, sexo, na qual se acreditava, parece fragmentar-se” (Laqueur, 2001, p. 24). Como nos ensina Butler (2020), somos vulneráveis às categorias discursivas, continuamente sujeitados por meios discursivos. Isso significa que a linguagem atua poderosamente, mas que as normas não são estruturas monolíticas, elas podem tanto restringir quanto promover a resistência, não sendo as tecnologias de poder autônomas:

Embora estejamos de algumas maneiras obrigados a reproduzir as normas de gênero, a polícia responsável por nos vigiar algumas vezes dorme em serviço. E nos vemos desviando do caminho designado, fazendo isso parcialmente no escuro, imaginando se em determinadas ocasiões agimos como uma menina, ou se agimos praticamente como uma menina, ou se agimos suficientemente como um menino, ou se o ser menino está bem exemplificado no menino que deveríamos ser, ou se de algum modo erramos o alvo e nos vemos vivendo felizes ou não tão felizes entre as categorias de gênero estabelecidas. (Butler, 2019b, p. 37)

Butler aponta, com Foucault, a vulnerabilidade, não a onipotência do poder, cujo êxito “está na proporção daquilo que consegue ocultar dentre seus mecanismos” (Foucault, 2012, p. 96), os quais não se resumem à interdição ou exclusão. Reintroduzo, neste ponto, a suspeita foucaultiana em torno da noção de poder como ação somente repressiva. As dúvidas histórico-teórico-políticas levantadas por Foucault desmontam a hipótese de uma sexualidade “fora do poder”, de gêneros livres do discurso, como mostrará Butler. Ajudam a enxergar que a desnaturalização do gênero e da sexualidade pode reconduzir à norma, sendo necessário manter uma relação crítica com as normas que nos formam, sabendo-se que sua eficácia é provisória. A economia heterossexual, uma política de corpos (com intenção regulatória), mostra-se vulnerável ao agenciamento crítico. A incontrollabilidade dos discursos impõe sua atualização. O gênero depende de armários identitários.

Sem dizer que os gêneros assumem a forma de uma estrutura, estou me referindo à subjetivação como um processo contínuo, que parece designar, estabelecer, no tempo-espaço, os contornos de um sujeito. Embora tenda a delimitar, fixar, substantivar, a nomeação, as inscrições e interpelações de gênero primárias, assujeitando, tornam-se ocasião para uma feitura posterior, ao impulsionar o sujeito a revisar tais limitações da linguagem. Por que não imaginar então alternativas à manufatura de sujeitos unitários, fixos? Por que não ressaltar falhas entre o dizer e o fazer? Por que não tomar o gênero como norma histórica que pode ser citada contra si mesma? Em lugar de reencobrir hierarquias de gênero e sexualidade e de reproduzir suas modalidades etaristas, regionais, raciais, classistas, o gênero, como projeto anti-assimilacionista, pode ser um modo de voltar contra si o poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido à nossa natureza inconclusa, histórica e discursivamente construída, enxergo o gênero como co-participado, elemento possibilitador. Reconhecendo que os discursos têm a capacidade de nos “adoçar”, neste artigo, propus pensar gênero e sexualidade não como questões isoladas, mas como construções históricas que estão intrinsecamente ligadas a relações de poder, normas e discursos, um campo de ação e de negociação. Permitida por

uma leitura idiossincrática de gênero, a perspectiva aqui privilegiada propõe que as categorias não são apreendidas fora do contexto histórico que as definem. Numa interseção particular com Butler e Foucault, essa visão desafia a ideia de um “lado de fora”, sugerindo que as identidades são construídas em relação ao que é considerado “normal” e “desviado” e que a normatividade é disputada, negociada. Antes de gênero-inclusiva, identitária, a crítica performativa, aqui esboçada, sugere, em lugar de incluir o “diferente” dentro de moldes normativos, criar oportunidades para que as próprias normas sejam constantemente questionadas e subvertidas. Minha intuição é que a “tolerância” pode ser uma forma de violência, se orientações não heterossexuais continuam a ser consideradas desviantes e o gênero, na chave da inclusão, presta-se ainda ao escrutínio, à super-visão. Na forma de “disciplinaridade”, induzindo à autorregulação, as formas binárias de socialização, heterocentradas, embora nos sujeitem continuamente, não são onipotentes. Elas nos atraem e nos conformam ao que é considerado aceitável ou desejável. Enquanto tecnologias de poder, desempenham um papel na construção do presente, dissimulando seus objetivos perversos. Mas são incertas e variáveis, não fixas, algo que está em constante movimento, sendo reforçado e, ao mesmo tempo, subvertido. Dadas as condições limitantes e facilitadoras em que atuamos, o gênero como crítica, ao invés de apaziguar, pode, assim, desocultar a dinâmica e reversibilidade do que é dado. Aqui me afasto de abordagens identitárias e normativas, que buscam reconhecimento dentro de parâmetros pré-existentes.

Este artigo, como afirmei, ensaia uma visão relacional e performativa das subjetividades, sugerindo que o gênero, não sendo uma entidade isolada, surge em interações contínuas entre o sujeito e o discurso. O gênero é posicionado e performado dentro de redes de poder e normas históricas que podem nos capturar, limitar nossa liberdade de atuação, conforme aponte. As identidades como efeito de práticas discursivas e de tecnologias de poder, lembrando Foucault, não têm uma existência estável, não são estáticas, são moldadas e mantidas por regimes de verdade que operam historicamente. A interseção com Butler, neste artigo, sustenta que as identidades de gênero e as normas que as governam são continuamente repetidas e reafirmadas, sempre passíveis de subversão. Tornando-nos cúmplices na manutenção das normas, a inclusão do “diferente” não

desconstrói os discursos que definem o que é aceitável ou não. Ao contrário de uma crítica que busca acomodar categorias identitárias, é necessário desvelar as dinâmicas que tornam essas categorias possíveis. A inclusão pode servir para reafirmar o poder da norma, garantindo o disciplinamento e autorregulação dos sujeitos. Sob a bandeira da “tolerância”, as identidades não heterossexuais e as formas inconformes de gênero continuam sendo observadas, vigiadas, vistas como desviantes ou anômalas. Mas se o poder não é algo que simplesmente subjuga, a crítica performativa do gênero pode ir além de tranquilizar ou estabilizar categorias, enfatizando sua natureza histórica, discursiva e relacional. Alinhado ao criticismo foucaultiano, que enxerga o poder como algo não totalizante, mas sempre sujeito a resistências e rupturas, apostei aqui na reversibilidade das normas e na possibilidade de novas subjetivações, onde a disciplina e a regulação podem ser subvertidas e reimaginadas.

REFERÊNCIAS

BONASSI, Brune Camillo. **CISNORMA**: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero. 2017, 121 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

BUTLER, Judith. **O QUE É A CRÍTICA?** Um ensaio sobre a virtude de Foucault. Cadernos de Ética e Filosofia Política, n. 22, p. 159-179, 2013.

_____. **PROBLEMAS DE GÊNERO**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. A vida psíquica do poder. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2019a.

_____. **CORPOS EM ALIANÇA E POLÍTICA DAS RUAS**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2019b.

_____. Corpos que importam. Os limites discursivos do “sexo”. São Paulo. N-1 edições, 2020.

CAETANO VELOSO. O estrangeiro. In: _____. O estrangeiro, 1989. Rio de Janeiro. Polygram, 1989.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo. Universidade de São Paulo, 2005.

DÍAZ, Mario. Foucault, docentes e discursos pedagógicos. In: **SILVA**, Tomaz Tadeu da (org.). Liberdades reguladas. A pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 14-29.

FOUCAULT, Michel. HERCULINE BARBIN: o diário de um hermafrodita. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

_____. Os anormais. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. O que é a crítica? In: _____. Por uma Vida Não-Fascista. Organizado por Coletivo Sabotagem, 2004, p. 144-170.

_____. **HISTÓRIA DA SEXUALIDADE 1:** A vontade de saber. São Paulo. Edições Graal, 2012.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **FOUCAULT, Michel.** Microfísica do poder. São Paulo. Paz e Terra, 2021.

LAQUEUR, Thomas. INVENTANDO O SEXO: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo Educado. Belo Horizonte. Autêntica, 2015.

MISKOLCI, Richard. O DESEJO DA NAÇÃO: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo. Annablume Editora, 2013.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. A produção de sentidos sobre mulheres negras e o branqueamento do magistério no Rio de Janeiro na primeira república. *Interfaces da Educação*, v. 5, n. 14, p. 68–81, 2014.

PRECIADO, Paul B. Quem defende a criança queer? *Revista Jangada*, n. 1, p. 96-99, 2013.

QUINALHA, Renan. **UMA DITADURA HÉTERO-MILITAR**: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: **GREEN**, James... [et. al.]. História do Movimento LGBT no Brasil. Alameda Editorial, 2018, p. 15-38.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **DR. NIETZSCHE, CURRICULISTA** - com uma pequena ajuda do Professor Deleuze. In: **MOREIRA**, Antonio Flavio Barbosa; **MACEDO**, Elizabeth Fernandes de. Currículo, práticas pedagógicas e identidades. Portugal. Porto Editora, 2002.

SWAIN, Tânia Navarro. **HETEROGÊNERO**: “uma categoria útil de análise”. Educar, n. 35, p. 23-36., 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo; **LOPES**, Maura. Inclusão e governamentalidade. Educação e Sociedade, v. 28, n. 100, p. 947-963, 2007.

_____. A inclusão como dominação do outro pelo mesmo. Pedagogía y saberes, n. 36, 2012, p. 57-68.